



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Departamento do Patrimônio Genético

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – ANO 2010

Macro atividade 1 – Regulação do Acesso e Repartição de Benefícios

1. ATIVIDADES DO CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

Atividade 1.1. Reuniões do CGEN

Organização e realização de seis Reuniões Ordinárias do CGEN (74ª a 79ª Reunião).

Atividade 1.2. Solicitações de Autorizações de Acesso a Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado

Processos Autorizados pelo CGEN de 2002 a 2010	Nº
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado	40
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado e patrimônio genético	7
Bioprospecção com patrimônio genético	12
Bioprospecção com patrimônio genético (autorização especial)	1
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	10
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	10
Bioprospecção com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	2
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0
Constituição de coleções <i>ex situ</i> com potencial de uso econômico	3
Total de solicitações de autorizações	73
Total de solicitações de autorização para regularização	32
Total de renovações de autorização	15

Processos Autuados pelo CGEN	2008	2009	2010
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado	9	8	9
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado e patrimônio genético	7	3	2
Bioprospecção com patrimônio genético	4	1	0
Bioprospecção com patrimônio genético (autorização especial)	1	1	0
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	6	12	3
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	17	11	19
Bioprospecção com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0	0	0
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0	0	0
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0	0	3
Constituição de coleções <i>ex situ</i> com potencial de uso econômico	0	0	0
Total de solicitação de autorização	44	36	36
Total de solicitações de inclusão em portfólio de autorização especial	0	11	3

Processos Autorizados pelo CGEN em 2010	Nº
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado	3
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado e patrimônio genético	0
Bioprospecção com patrimônio genético	0
Bioprospecção com patrimônio genético (autorização especial)	0
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	2
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	2
Bioprospecção com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0
Constituição de coleções <i>ex situ</i> com potencial de uso econômico	0
Total de processos autorizados	7
Total de processos autorizados para regularização	0
Total de processos renovados	0
Total de inclusões de projetos em portfólio de autorização especial	9

Processos Autorizados pelo Ibama em 2010 (Deliberação n. 40/2003)	Nº
Autorização para Pesquisa Científica	7
Autorização Especial para Pesquisa Científica	2
Total autorizado	9

Processos Autorizados pelo CNPq em 2010 (Deliberação n. 246/2009)	Nº
Autorização para Pesquisa Científica	9
Autorização Especial para Pesquisa Científica	0
Total autorizado	9

Processos em Tramitação no DPG em 2010	Nº
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado	46
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado e patrimônio genético	16
Bioprospecção com patrimônio genético	27
Bioprospecção com patrimônio genético (autorização especial)	2
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	39
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	45
Bioprospecção com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	5
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	2
Constituição de coleções <i>ex situ</i> com potencial de uso econômico	2
Total de processos em tramitação	280

Credenciamento de instituições fiéis depositárias em 2010	Nº
Processos credenciados	18
Processos em tramitação	19

Atividade 1.3. Anuência a Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios

Nesse sentido, em 2010, o CGEN anuiu a dois Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios.

2. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO - DPG

Atividade 2.1. Apoio ao CGEN

O Departamento do Patrimônio Genético, criado pelo art. 7º do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, exerce a função de Secretaria Executiva do CGEN, e, dentre outras funções, viabiliza a execução das atividades anteriormente descritas.

Atividade 2.2. Cooperação Institucional

Continua em vigor, de forma institucionalizada, cooperação com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Fundação Nacional do Índio - Funai, Fundação Cultural Palmares, Conselho de Defesa Nacional e Conselho Nacional de Pesquisa Científica - CNPq, de modo que todas as solicitações de autorização que a Secretaria Executiva do CGEN recebe, dependendo de suas especificidades, são comunicadas a estas instituições, garantindo racionalidade e celeridade aos processos. No entanto, os procedimentos administrativos têm sido revistos à medida da necessidade de cada órgão.

Atividade 2.3. Integração com Outras Políticas Públicas

Participação na 7ª Sessão do Programa de Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha (BIOMAR), ocorrida em 16 de agosto de 2010. O BIOMAR tem o objetivo de avaliar o potencial biotecnológico dos organismos marinhos e orientar o desenvolvimento das atividades que visem à efetiva e sustentável utilização, exploração e aproveitamento desse potencial das áreas marinhas sob jurisdição e de interesse nacional.

Atividade 2.4. Regulamentação da Medida Provisória n. 2186-16/2001

Uma nova minuta de Decreto de regularização do Artigo 34 da Medida Provisória nº 2186-16/2001 foi encaminhado à casa civil pelo MMA, após ouvidas sugestões dos Conselheiros e observadores do CGEN, na tentativa de normatizar os procedimentos de análise e julgamento dos processos que necessitam regularização. O objetivo da regulamentação do artigo 34, conforme proposta do MMA, é possibilitar que as instituições, pesquisadores e empresas que iniciaram ou concluíram atividades de acesso após o Decreto nº 3.945/01 (que conferiu implementabilidade à MP), sem a devida autorização prévia do CGEN, procurem os órgãos competentes para regularizar suas atividades.

Atividade 2.5. Atendimento a Consultas

Trata-se de atendimento aos usuários para esclarecimentos de dúvidas a respeito do cumprimento da legislação. Esta atividade foi realizada de forma usual pelos assessores técnicos da DPG.

Atividade 2.6. Construção de Novo Marco Legal sobre Acesso e Repartição de Benefícios

O Ministério do Meio Ambiente - MMA, em conjunto com o Ministério de Ciência e Tecnologia, encaminhou à Presidência da República, por meio da E.M.I. Nº 00026/MCT/MMA, de 15 de setembro de 2009, minuta de anteprojeto de Lei. A E.M. I. foi recebida pela Coordenação de Documentação da Secretaria da Administração da Casa Civil da Presidência da República em 24 de

setembro de 2009, conforme Processo nº 01200.003221/2009-92.

Em resposta à Exposição de Motivos nº 00026, foi recebido o Ofício nº 630/09 - SAJ/SAG da Casa Civil, informando que aquela Casa solicitou manifestação dos órgãos a seguir a respeito da proposta:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério de Desenvolvimento Agrário; Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério da Cultura; Ministério da Defesa; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Saúde; e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Após a manifestação formal dos órgãos interessados, a Casa Civil compilou as propostas e críticas recebidas ao anteprojeto de Lei enviado e, durante os meses de julho e agosto, promoveu reuniões com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

As referidas reuniões tiveram o intuito de analisar as propostas e críticas postuladas pelos diferentes órgãos de governo, incorporar no texto do projeto as sugestões encaminhadas e, na medida do possível, eliminar os dissensos relativos à proposta de Lei.

Os dissensos ainda restantes serão objeto de novas reuniões com os órgãos de governo afetos ao tema, coordenadas pela Subchefia para Assuntos Jurídicos e da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.

Concluído o processo de negociação entre os órgãos de governo, será promovida consulta pública do projeto de Lei para, posteriormente, ser enviado ao Congresso Nacional.

Atividade 2.7. Participação em Reuniões Internacionais da Convenção sobre Diversidade Biológica

Participação na 9ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto Ad Hoc sobre Acesso e Repartição de Benefícios da CDB e Consultas Informais, entre os dias 20 e 28 de março de 2010, em Cali/Colômbia.

Participação no Grupo Negociador Inter-regional do Protocolo de ABS, de 13 a 15/10 e 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica COP-10, de 18 a 29/10, em Nagoya/Japão.

Atividade 2.8. Grupo de Países Megadiversos Afins

O Brasil foi eleito presidente do Grupo dos Países Megadiversos Afins durante Reunião Ministerial realizada em paralelo à 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – COP9 /CDB, realizada na Alemanha e permaneceu na presidência do grupo até o final da COP 10.

A Secretaria Executiva do Grupo dos Países Megadiversos Afins estava a cargo da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, que em 2010, a fim de cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil, viabilizou, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, a realização de uma reunião técnica-ministerial do Grupo dos Países Megadiversos Afins. A reunião técnica-ministerial reuniu negociadores e Ministros dos países Megadiversos que ocorreu em março de 2010, tendo como objetivo consolidar as posições do grupo quanto aos elementos do Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios negociados nas 7ª e 8ª reuniões do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios – GT ABS e preparação para a 9ª reunião do GT ABS. Estiveram presentes representantes do Brasil, Colômbia, Costa Rica, República Democrática do Congo, Equador, Índia, Indonésia, Malásia, México, Peru, Filipinas, África do sul e Venezuela.

Macro atividade 2 – Políticas e Ações de Prevenção do Acesso Ilegal

Atividade 2.1. Políticas e Ações de Prevenção do Acesso Ilegal

Em 2010, foram encaminhados ao IBAMA, cópia de 107 processos que estavam sobrestados para fiscalização da observância dos ditames da Medida Provisória nº 2.186-16/01 e demais legislações aplicadas a matéria, relativo a acessos a componentes do patrimônio genético realizados sem autorização do CGEN.

Macro atividade 3 – Políticas de Proteção dos Conhecimentos Tradicionais Associados

Atividade 3.1. Projeto de Qualificação de Comunidades Indígenas e Locais

Em 2010, o DPG realizou duas oficinas de qualificação, intitulada “**Oficina de Qualificação – Acesso ao Patrimônio Genético e aos conhecimentos tradicionais associados**” em duas diferentes cidades do estado da Bahia. Estas oficinas foram organizadas e financiadas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA/BA) e teve como base um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria, que visa a integração dos Programas “Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco” e “Velho Chico Vivo”, dos respectivos órgãos.

A primeira oficina foi realizada nos dias 09 e 10 de agosto de 2010, na cidade de Juazeiro/BA, e contou com a participação de 51 pessoas, entre elas representantes de órgão de governo como: Secretária de Meio Ambiente da Bahia – SEMA/BA, Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – SEADRUMA, Secretaria Estadual de Saúde - Sesab, Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá, Prefeitura de Juazeiro, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS da Secretária de Desenvolvimento e Igualdade Social - SEDIS; representantes de comunidades rurais, quilombolas, associações e cooperativas da região; integrantes da ONG Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, além de estudantes da Universidade Estadual da Bahia/UNEB e da escolas técnicas da região.

A segunda oficina ocorreu nos dias 12 e 13 de agosto de 2010, em Santa Maria da Vitória/BA e contou com a participação de 41 pessoas, entre representantes das comunidades locais como quilombolas, pescadores, geraizeiros, representantes do Movimento das Mulheres Camponesas, organizadores de movimentos sociais das localidades de Montevidinha, Porco-Branco, Lagoa das Piranhas de Bom Jesus da Lapa, Tabocas, Correntina/Arrojado, Santa Maria da Vitória, São Felix do Coribe, Serra do Ramalho e Santana, além de funcionários da SEMA e do Ingá.

As oficinas foram ministradas e organizadas por três técnicas do Departamento do Patrimônio Genético/MMA que utilizaram metodologia semelhante em ambas.

Durante as oficinas foi lançado o edital de Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Ambientais, iniciativa das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente e do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) da Bahia, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb). Publicado no dia 10 de agosto no Diário Oficial, o edital conta com o montante de R\$ 2,5 milhões. O objetivo é fomentar empreendimentos solidários que utilizem recursos naturais e preservem o meio ambiente através de práticas sustentáveis, prioritariamente na bacia do rio São Francisco. Serão selecionadas incubadoras que atuam em segmentos produtivos específicos (a exemplo da pesca artesanal e mariscagem), produção, beneficiamento e

comercialização de produtos da cadeia produtiva da sociobiodiversidade, artesanato, reciclagem, ecoturismo e agricultura orgânica.

Oficinas de qualificação realizadas no ano de 2010				
Nº	Local	Público	Nº participantes	Data
1	Juazeiro/BA	Representantes de comunidades tradicionais da região	51	09 e 10/08
2	Santa Maria da Vitória	Representantes de comunidades tradicionais da região	41	12 e 13/08

Atividade 3.2. – Elaboração de Material Didático Informativo para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Foram elaborados e distribuídos calendários informativos sobre a legislação vigente.

Atividade 3.3. Participação em Eventos como Palestrantes ou Conferencistas

Eventos	2009	2010
Cursos, Simpósios, Congressos, Palestras, organizados por instituições de ensino e pesquisa, ONGs, sociedades científicas, órgãos da administração pública e empresas públicas.	37	4

Macro atividade 4 – Comunicação e Gestão da Informação

Atividade 4.1. Atualização da Cartilha Disponível no Sítio do CGEN

A fim de atualizar as informações aos usuários do sistema, a cartilha disponível no sítio do CGEN foi atualizada em 2010 e será disponibilizada em uma nova versão.

Macro atividade 5 – Orçamento e Infraestrutura

Atividade 5.1. Plano Plurianual e Orçamento

O orçamento do DPG consta de duas ações no PPA 2008/2011 que fazem parte do Programa Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade.

Em 2010, o orçamento total do DPG foi de R\$ 956.704,30 (novecentos e cinquenta e seis mil e setecentos e quatro reais e trinta centavos).

Ação Exercício 2010	2009	2010
a) Promoção de repartição de benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado	R\$ 889.273,00. aplicação execução de 100%	R\$ 720.318,73. aplicação execução de 100%
b) Gestão e administração do programa (recurso utilizado pelo DPG e a DCBio)	R\$ 889.273,00. aplicação execução de 100%	R\$ 236.219,67 aplicação execução de 100%
TOTAL	R\$ 1.602.069,00	R\$ 956.704,30